

- Relatório de Atividades do Núcleo Especializado

Núcleo: Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

Coordenadora: Anáí Arantes Rodrigues

Período Compreendido: 13 de maio de 2012 a 31 de julho de 2012

Número de Integrantes afastados:

- três integrantes afastados - Anáí Arantes Rodrigues (Coordenadora), Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar) e Douglas Tadashi Magami (membro com dedicação exclusiva)

Número de Integrantes Membros/Colaboradores:

20 (vinte) integrantes: Anáí Arantes Rodrigues (coordenadora), Ana C. F. Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar), Douglas Tadashi Magami (membro com dedicação exclusiva), Tatiana Semensatto de Lima Costa (1ª Defensoria Pública do NHABURB) Ângela de Lima Pieroni Detoni (2ª Defensoria Pública do NHABURB), Bruno Ricardo Miragaia Souza (3ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Lot da Silva Nunes (4ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Nunes Pannain (5ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Pires Pereira, Carolina Dalla Valle Bedicks (6ª Defensoria Pública do NHABURB), (7ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernanda Tatarí Frazão de Vasconcelos (8ª Defensoria Pública do NHABURB), Jairo Salvador de Souza (9ª Defensoria Pública do NHABURB), Maria Beatriz de Alcântara Sá (10ª Defensoria Pública do NHABURB), Luisa Lins Veloso (11ª Defensoria Pública do NHABURB), Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva (12ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernando Catache Borian, (13ª Defensoria Pública do NHABURB) e Carlos Eduardo Targino da Silva (14ª Defensoria Pública do NHABURB); Carlos Henrique Aciron Loureiro (15ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Capra da Cunha Lopes (16ª Defensoria Pública do NHABURB) e Marina Costa Craveiro Silva (17ª Defensoria Pública do NHABURB).

Observação: esclarece-se que o período referente ao presente relatório é de dois meses e meio, considerando-se a recente deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública alterou o término do mandato para 31 de julho, em razão de pedido feito pelo conjunto de coordenadores de núcleos, visando uniformizar os mandatos desses. Assim, optou-se por fazer o relatório de um período menor para coincidir com o término do atual mandato, iniciando novo prazo de 6 (seis) meses com o início do próximo mandato.

Atividades Desenvolvidas

1) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos

O Núcleo de Habitação e Urbanismo, no período objeto do presente relatório, seguiu atualizando o seu subportal com modelos de petição, legislação, jurisprudência e demais assuntos de interesse para atuação na temática da habitação e urbanismo. No período, foi enviado por e-mail um informativo.

2) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos

2.1. Medidas Judiciais e Extrajudiciais propostas isoladamente

A - Lista de ações propostas

PROCESSO	AÇÃO / OBJETO	FASE ATUAL
ACP Nova Luz Autos nº 0019326- 64.2012.8.26.0053 6ª Vara da Fazenda Pública	Ação Civil Pública objetivando anular o procedimento administrativo de participação popular do plano de urbanização referente a ZEIS 3 C 016 do Plano Regional Estratégico da Subprefeitura da Sé, a partir da última reunião do Conselho Gestor.	Liminar deferida pelo juiz de 1º grau e suspensa pelo presidente do TJ. Protocolado agravo regimental.
Distribuição por dependência aos autos nº 583.00.2012.127245-0	Embargos de terceiro objetivando a não reintegração de posse dos moradores do edifício da Rua Mauá.	Protocolado.
Autos do processo nº	Ação Civil Pública	Aguardando manifestação

0022664-46.2012.8.26.0053	objetivando a declaração da concessão especial de uso especial, individual ou coletiva, conforme solução a se chegar no curso do processo, por meio de perícia, em favor dos ocupantes da comunidade da Paz	MP.
Distribuição por Dependência do processo nº 0101121-68.2007.8.26.0053 5ª Vara da Fazenda Pública	Ação Civil Pública objetivando condenar a Prefeitura a proceder a regularização fundiária e urbanística de interesse social do loteamento clandestino Boa Vista, por meio da demarcação urbanística e legitimação de posse, eliminando-se os riscos existentes.	Liminar indeferida. Aguardando contestação.
Argüição de Inconstitucionalidade nº 0041454-43.2012.8.26.0000	Petição requerendo entrada como <i>amicus curiae</i> no incidente de inconstitucionalidade instaurado para verificar constitucionalidade da CUEM no Estado de São Paulo	Defensora foi aceita como <i>amicus curiae</i> .
Autos do processo nº 0034256-87.2012.8.26.0053	Ação Civil Pública objetivando a regularização fundiária de área de ZEIS.	Ação protocolada.

B - Lista de ações extrajudiciais

B.1 – Reunião com moradores das comunidades que serão atingidos pelo Trecho Norte do Rodoanel e tratativas com a DERSA visando a garantia do direito à moradia das famílias. O núcleo vem acompanhando a questão da construção do Trecho Norte do Rodoanel, em especial no que diz respeito ao impacto social por conta das remoções. Nesse sentido, foi realizada. a) Reuniões com comissão de representantes das comunidades afetadas pelo Trecho Norte do Rodoanel; b) reuniões, junto com Ministério Público, na DERSA, para tratar da questão (vide agendas de reuniões)

B.2. – Acompanhamento das famílias que serão removidas em razão da construção do Parque Várzeas. No período, o núcleo realizou reunião com a superintendência do DAEE, órgão responsável pela obra, para tratar da questão, em especial sobre os mecanismos de participação popular no processo. Além disso, agendamos reunião com a comunidade, in loco.

B.3 – Visita à Ocupação Mauá. O Núcleo participou de evento na Ocupação Mauá organizado para recolhimento de documentos para instrução de ação judicial. Participou, ainda, de reunião realizada no 7º Batalhão da Polícia Militar com vistas a discutir a operacionalização da reintegração que ficou agendada para o dia 21 de agosto, próximo.

B.4 Participação de atos sobre o caso Pinheirinho. No período, o Núcleo participou de dois atos públicos relacionados ao caso Pinheirinho, um sobre o acionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, outro sobre a manifestação da seccional de São José dos Campos acerca do ocorrido.

B.5 Visita “in locu” na Comunidade da Paz. No período, o Núcleo visitou a Comunidade da Paz que será removida pela construção do Parque Rio Verde, obra oficial da COPA 2014, com vistas a informá-la acerca de seus direitos.

2.2. Medidas Judiciais propostas conjuntamente com Defensor Natural

No período, não foram propostas ações em conjunto com defensor natural.

3) Realização de intercâmbio, em conjunto com a EDEPE, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas

No período, foi lançado o folder “Be-a-bá dos despejos em áreas públicas”, que aborda aspectos gerais desse tipo de despejo (Anexo 1). A cartilha sobre o direito à moradia e regularização fundiária se encontra na EDEPE para diagramação e impressão, devendo ser lançada em agosto.

Registre-se, ainda, que estamos ajudando a organizar uma oficina que será realizada pela Defensoria e Ministério da Justiça sobre alguns pontos da reforma do Código de Processo Civil, entre os quais a parte de possessórias, a ser realizada no dia 03 de agosto.

4) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas

O Núcleo Especializado, nesse semestre, enfatizou o intercâmbio entre as mais diversas entidades, sejam públicas ou privadas, para execução de suas atividades.

Essa postura pode ser elucidada por meio dos seguintes exemplos:

4.1. Manutenção e aprimoramento do convênio com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica - EM/PUC. Importante frisar que esses convênios, para além de um mecanismo de encaminhamento de casos, mostram-se importantes por manter um canal aberto de diálogo e troca de experiências entre a instituição e os conveniados, de fundamental importância. Por exemplo, são diversas as ações que são acompanhadas de forma conjunta entre a Defensoria Pública e o Escritório Modelo, sendo que a primeira é responsável pelas questões jurídicas e o segundo pela parte técnico-social, tendo em vista que o Núcleo não dispõe de profissionais na área. Estabelecemos uma dinâmica de realização de reuniões mensais com ambas as entidades.

4.2. Encerramento da III Jornada da Moradia Digna e preparação da IV Jornada da Moradia. A Jornada da Moradia Digna, realizada nos dias 26/27 de fevereiro de 2011, está em fase de encerramento. Para tanto, o Núcleo, juntamente, com as entidades que organizaram o evento, participou da pós jornada do Centro, para fazer a devolutiva. Além disso, foi realizado o evento de encerramento oficial da III Jornada, que foi também o lançamento da IV Jornada. Essa já começou a ser organizada, para o que estão sendo realizadas reuniões bimestrais.

4.3. Diálogo constante com o Ministério Público. O Núcleo de Habitação também exerceu atividades em conjunto com o Ministério Público, principalmente participando de reuniões com promotores, juntamente com a comunidade ou órgãos públicos, como no caso do Trecho Norte do Rodoanel, Viela da Paz, Ocupação do Edifício na Rua Mauá etc.

4.4. Pedido de convênio técnico. O núcleo está acompanhando, junto à assessoria de convênios, pedido de realização de convênio com órgãos, ONGs ou instituições que possam dar apoio técnico às demandas na área de habitação e urbanismo.

4.5. Acompanhamento do tratamento judicial da CUEM. O núcleo realizou reuniões com o Instituto Pólis e outros membros do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico para discutir formas de monitorar o tratamento que a Concessão Especial de Uso para Fins de Moradia vem recebendo nos tribunais, bem como pensar uma atuação conjunta para que o incidente de inconstitucionalidade que julgará esse instrumento não seja julgado procedente pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

5) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado

O Defensor Público Douglas Tadashi Magami continua membro titular integrante do Conselho Estadual de Saneamento e a Dra. Ana Bueno suplente. No período, não houve reunião do referido Conselho.

6) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado

Além dos já citados compilação e encaminhamento de jurisprudências, sugestões de atuação, modelos, notícias etc. relacionados ao tema, o Núcleo Especializado está permanentemente à disposição dos defensores naturais para esclarecimento de dúvidas, auxílio em casos específicos, troca de ideias sobre questões variadas ou qualquer outra demanda que se fizer presente.

No período, o Núcleo de Habitação deu suporte à unidade de São Miguel na propositura de ação sobre a suspensão dos Termos de Permissão de Uso dos Ambulantes, inclusive acompanhando o defensor responsável, Dr. Bruno Miragaia, em julgamento sobre o caso no TJ.

Ainda, prestou suporte à Unidade de Campinas para atuação judicial em ação civil pública ajuizada pela Municipalidade local em face de ocupantes de um loteamento clandestino.

7) Acionamento de Cortes Internacionais

Não foi acionada Corte Internacional nesse período.

8) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública

Considerando que o Plano de Atuação da Defensoria Pública vigente foi aprovado recentemente pelo E. Conselho Superior, vale esclarecer que no período a que se refere esse relatório, as principais ações do núcleo no sentido de implementar o plano foram: acompanhamento administrativo e judicial de casos em que há risco ao direito à moradia e à cidade, com especial atenção a casos em que a comunidade se encontra em área de risco; atuação judicial e extrajudicial com vistas a evitar a prática de remoções compulsórias; realização do evento de encerramento da III e lançamento da IV Jornada da Moradia Digna; participação de reuniões para discussão de projetos de lei afetos à temática; continuidade da execução do projeto de regularização fundiária do Jardim Jaqueline.

Ainda, vale observar que o núcleo já instaurou procedimento administrativo referente a cada uma das propostas aprovadas no III Ciclo de Conferências, para que sejam tomadas providências no sentido da sua implementação, Sobre isso, destaca-se: convite mensal a todos os núcleos especializados da Defensoria Pública para participar das reuniões de organização da IV Jornada da Moradia Digna; elaboração de cartilha e folders para educação em direitos na temática da habitação e urbanismo; participação do Comitê Popular da Copa; acompanhamento do processo de construção do Trecho Norte do Rodoanel, objetivando evitar os prejuízos gerados por essa intervenção pública; participação de reuniões e sobre a legislação referente a áreas de ZEIS; fomento do debate na instituição, em especial com demais núcleos, sobre formas de efetivação da Deliberação 139, pelo que passa a descentralização da atuação na tutela coletiva afeta à temática da habitação e urbanismo.

9) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais

Como já mencionado, no período, foi lançado o folder “Be-a-bá dos despejos em áreas públicas”, que aborda aspectos gerais desse tipo de despejo. A cartilha sobre o direito à moradia e regularização fundiária se encontra na EDEPE para diagramação e impressão, devendo ser lançada em agosto.

10) Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências

Desde março do presente ano, a Defensora Pública Ana C. F. Bueno de Moraes passou a integrar a Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias, na qualidade de Secretária-Geral da Comissão.

No período compreendido por esse relatório, a comissão vem elaborando uma plataforma virtual com modelos de iniciais, convênios, rotinas etc, além de instruir procedimento administrativo para estudar os impactos sociais dos Megaeventos (Copa 2014 e Olimpíadas 2016).

11) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade

O núcleo manteve o canal aberto para o debate, realizando reuniões, com representantes de instituições e entidades ligados à temática da habitação para, conjuntamente, estabelecer temas prioritários de atuação e construir eventuais políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais.

No período, a título de exemplo, o núcleo vem contribuindo com pesquisa realizada pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Informais da FAU/USP para identificação de comunidades que sofreram despejo na capital a partir de 2008, com o objetivo de cotejar essas informações com o Plano Municipal de Habitação e estudar como esses dois dados se relacionam. Com o resultado dessa pesquisa, teremos dados que possivelmente nos permitirão pensar em políticas públicas especialmente voltadas para o atendimento habitacional das comunidades afetadas por despejos.

12) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade

O Núcleo de Habitação vem discutindo com outras entidades que trabalham com a temática da habitação algumas possibilidades/necessidades de atuação no sentido de alterações legislativas.

A coordenação continua a acompanhar o trâmite do Projeto de Lei nº 572/2005, que cria Comissão Especial de Análise de Despejos, já mencionado no relatório anterior.

Além disso, o núcleo tem acompanhado o processo de reforma do Código de Processo Civil, especificamente da parte referente às possessórias, sendo que está ajudando a organizar uma oficina que será realizada pela Defensoria e Ministério da Justiça sobre alguns pontos da reforma, entre os quais as possessórias, a ser realizada no dia 03 de agosto.

13) Outras ações desenvolvidas

A - Projeto Jardim Jaqueline. Trata-se de um projeto de regularização fundiária do Jd. Jaqueline, que está sendo executado em parceria com o Ministério das Cidades. No período compreendido no presente relatório, o Núcleo realizou reunião com os juízes das varas de registros públicos e atualmente aguarda a empresa contratada a apresentar o banco de dados para iniciar fase de elaboração das petições iniciais.

B - Atuação judicial. Além das ações judiciais propostas no período, já elencadas no item “2.a” o núcleo acompanha, atualmente 71 ações judiciais, como se pode observar pela tabela e relatórios de acompanhamento de procedimentos administrativos – Anexo 2. No período, foram recebidos 25 processos judiciais.

C - Acompanhamento de procedimentos administrativos. O núcleo acompanha atualmente 127 procedimentos administrativos e 3 procedimentos provisórios apuratórios em curso, tendo 115 procedimentos administrativos arquivados, cuja lista dos que estão em andamento e relatórios resumidos seguem no Anexo 3. No período, foram enviados 105 ofícios.

D - Atendimentos coletivos. Praticamente todos os dias, de segunda à quinta-feira, são realizados atendimentos de comunidades que agendaram atendimento, seja para saber andamento de PA, seja para dar entrada em casos novos. A agenda de atendimento pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 4).

E – Reuniões e Eventos. Além dos atendimentos coletivos, o núcleo participa de diversas reuniões, com lideranças, entidades parceiras, representantes do Poder Público, Ministério Público etc., em geral para tratar de questões relacionadas ao atendimento de comunidades específicas. Eventualmente, tais reuniões se tratam de questões mais abrangentes, que dizem respeito a diversas comunidades, ou a alguma questão genérica ligada à temática da habitação

e urbanismo. Além disso, participamos de alguns eventos relacionados à temática de Habitação e Urbanismo. As atas dessas reuniões estão nos respectivos PAs e a agenda pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 4).

F - Reuniões ordinárias. As atas das reuniões ordinárias do núcleo podem ser verificadas no Anexo 5 (ata de julho ainda não aprovada).

14) Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo

Não houve, no período, indeferimento de nenhum pedido de representação.

Um caso, referente ao córrego Pirajussara, foi encaminhado à unidade Santo Amaro, nos termos da Deliberação do Conselho Superior n. 139/10, em 26 de junho de 2012, pelo fato de não se tratar de demanda complexa.

Os casos de arquivamento foram todos aprovados em plenária do núcleo e podem ser verificados nas atas dessas e nas listas dos procedimentos administrativos.